

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ERRADICAÇÃO DA FOME NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO E CRISE NO SÉCULO XXI

Matheus Porcé¹
Ednaldo Michellon²

RESUMO: O objetivo desse trabalho é avaliar a situação da fome no Brasil, a partir do início do século XXI. Inicialmente, é feita uma discussão teórica e histórica das políticas públicas implementadas no país, pelo governo federal, até o período de interesse. A análise ficou dividida em três classificações: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, uma que englobou as questões da assistência social, transferência de renda e inclusão produtiva e a última que examinou temas de natureza socioeconômica. Os resultados da análise mostram que as políticas públicas não foram suficientes para trazer a erradicação da fome já que estrutura agrária e a inclusão produtiva não sofreram grandes alterações, apesar de terem construído um período curto de desenvolvimento. Desde então, houve piora nos níveis de insegurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo em que ocorria uma estagnação dos recursos aplicados em políticas sociais e a produção do agronegócio permaneceu quebrando recordes.

Palavras-chaves: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Dialética da Dependência; Produção de alimentos e distribuição.

PUBLIC POLICIES TO ERADICATE HUNGER IN BRAZIL: DEVELOPMENT AND DEVELOPMENT AND CRISIS IN THE 21ST CENTURY

ABSTRACT: The objective of this work is to evaluate the situation of hunger in Brazil, from the beginning of the century. Initially, a theoretical and historical discussion of the public policies implemented in the country, by the federal government, until the period of interest is made. The analysis is divided into three classifications: Food and Nutritional Sovereignty and Security, one that encompassed the issues of social assistance, income transfer and productive inclusion, and the last one that examined issues of a socioeconomic nature. The results of the analysis show that public policies were not sufficient to bring about the eradication of hunger since the agrarian structure and productive inclusion did not undergo major changes, despite having built a short period of development. Since then, there has been a worsening in the levels of food and nutritional insecurity, while at the same time the resources applied in social policies have stagnated and agribusiness production has continued to break records.

Keywords: Sovereignty and Food and Nutritional Security; Dialectics of Dependence; Food Production and Distribution.

Data da submissão: 19-09-2022

Data do aceite: 25-10-2022

INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa investigar as políticas públicas que foram implementadas para a erradicação da fome e da miséria no Brasil, sobretudo, as iniciadas a partir do início do século XXI e seus impactos a partir de análise de indicadores sobre o tema.

A escolha desse período ocorre por sua importância, evidenciada, seja pelo volume de pesquisas que surgiram nessa área, com destaque à produção acadêmica brasileira. Há nesse período, marcos históricos que permitem traçar uma comparação, pois em poucos momentos houve tantas transformações nas políticas públicas, de erradicação da fome, como na atualidade. O reconhecimento internacional, das efetivas ações por parte do governo brasileiro fez o programa Fome Zero, servir de modelo para as Organização das

¹ Filiação: Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá – PCE/UEM. Contato: E-mail: mporce2007@gmail.com

² Professor Associado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá – PCE/UEM. E-mail: emichellon@uem.br

Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), construiram o seu próprio programa, o *Zero Hunger Program* (GRAZIANO DA SILVA, 2019).

O conceito de fome, adotado nesse estudo, corresponde a sua dimensão social, ou seja, é entendido como a fome de caráter endêmico, desse modo, iniciamos nossa investigação a partir de uma exploração teórica e histórica, que é precedida por uma averiguação empírica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho é um estudo Quali-Quant que contribui com uma análise do combate a fome no Brasil dentro do século XXI. Esse método foi considerado pertinente ao objetivo do estudo, uma vez que a metodologia qualitativa em conjunto com o levantamento de dados permite uma análise mais profunda das mudanças ocorridas, se é que elas de fato ocorreram, diante das premissas assumidas (BARDIN, 1977; MINAYO; SANCHES, 1993). A primeira etapa da pesquisa, é a problematização da temática e para isso foi realizado uma pesquisa exploratória.

Após a definição da abordagem adotada, foi estipulado uma avaliação conforme os indicadores utilizados. Os dados auferidos, são um cruzamento de bases de dados secundários, de órgãos oficiais e institutos de pesquisas brasileiros e estrangeiros. Este trabalho tem como base a seguinte questão: a partir dos anos 2000's, as políticas públicas voltadas para a temática da erradicação da fome foram eficazes? E, além disso, tais mudanças constituem uma transformação estrutural? Para responder tais perguntas, essa investigação se concentra em tratar da etimologia dos conceitos utilizados.

Nesse sentido, as ideias propostas pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD) são aceitas, o que será explicitado ao longo da discussão, mas por hora, o interessante é enfatizar a sua compreensão sobre as relações contraditórias entre capital e trabalho, que se manifestam de forma diferente entre países capitalistas dependentes e países capitalistas imperialistas. Um de seus mais notáveis expoentes, Marini entende que esse processo surge pelo fato de que o capitalismo nos países dependentes não se desenvolve através da capacidade interna de consumo, acirrando capital e o trabalho enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2017). De modo oposto ao entendimento firmado pela CEPAL, que remete a origem da condição de subdesenvolvimento, a partir de uma análise da estrutura produtiva.

Com isso, a hipótese assumida a partir deste ponto, é de que não há mudanças consistente no fenômeno social da fome, sem uma mudança no modo de produção e distribuição que subordina a economia de tais países dependentes ao sistema mundial onde os países imperialistas são os beneficiados. Entretanto, isso não impede alguns breves períodos de um arrefecimento relativo, dos níveis de exploração dos trabalhadores dessas nações subordinadas, diante de uma conjuntura econômica mais ativa.

Tendo a base teórica definida, o processo de análise basicamente consistiu em sistematizar as mudanças sociais e econômicas que ocorreram no período. São as ações do Estado que serão os critérios de tal exame, ou seja, as políticas públicas implementadas pelo governo federal, no período em questão. Essa observação pela via das políticas públicas concentradas na erradicação da fome, somado com as mudanças nos indicadores de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), e em outros indicadores de natureza socioeconômica, que fornecerão as bases materiais para avaliar se as mudanças ocorridas são estruturais.

2. AS DIMENSÕES TEÓRICAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA FOME

2.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA FOME

O Brasil conta com uma das maiores produções agrícolas do mundo. Produção que guarda relações com seu passado, desde o período colonial, no modelo primário exportador. Primeiro através da extração do Pau-Brasil, depois da cultura da produção de cana de açúcar, produção de café, algodão, cacau e outros. Há uma crença persistente dentro do país que sua vocação natural consiste em ser o “celeiro do mundo” e abastecer o mercado mundial de cereais (soja, principalmente) e carne e outros produtos primários. O fato é que a orientação produtiva sempre esteve ligada para o segmento de commodities e a preocupação com as necessidades alimentares dos nativos persistiu por muito tempo sendo negligenciada (CASTRO, 1965).

Nesses sistemas de produção de bens alimentícios, que priorizam a grande escala, em geral, são os atravessadores, os grandes conglomerados empresariais, os grupos mais beneficiados, movimentando trilhões de dólares todos os anos, sem resolver de maneira efetiva o problema da fome (ETC GROUP, 2001). Não podemos deixar de mencionar o custo ambiental desse formato de produção, para que cada vez mais aumente tenhamos preocupação não apenas na quantidade produzida, mas na qualidade dos alimentos e saúde global, como ocorre com a produção dos alimentos agroecológicos.

Uma transição ecológica que liga a construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, com a definição de objetivos e ferramentas em termos de segurança alimentar. Tudo isso representa um passo essencial, tanto para reduzir os custos sociais relacionados à poluição, crise climática e agravamento da saúde, tanto para reduzir as dificuldades de acesso a produtos mais saudáveis pelos setores mais pobres da população e, por fim, melhorar a profissionalização e a capacidade inovadora dos empreendedores no sistema agroalimentar (CANGIOTTI; VIGANÒ, 2021, p. 9).

Autores do Desenvolvimentismo, mostram como a importância de um contínuo abastecimento de alimentos é fundamental para um plano econômico de transformação produtiva (FURTADO, 1971). Os ganhos de produtividade do segmento de alimentação são uma das bases que permitem a expansão dos segmentos ligados ao setor da indústria e serviços. Por exemplo, no Brasil, conforme o desenvolvimento industrial era estimulado, houve um plano de infraestrutura que aperfeiçoou a logística e armazenagem, estabilizando os preços dos alimentos, controlando assim, os custos para a produção (SILVA, 1995). Contudo, essa corrente de pensamento econômico, impõe a produção oriunda da agricultura camponesa de baixo excedente, as causas do subdesenvolvimento. Sendo denominado como setor de economia de subsistência (FURTADO, 1971).

Contrariando tal concepção, esse trabalho entende que para se aproximar da realidade vivida no Brasil, em relação aos seus níveis de fome humana, é necessário que se construa utilize de uma teoria que compreenda toda a América Latina e sua formação histórica. Ao longo do século XX, uma crescente quantidade de autores, buscou estabelecer as relações sociais específicas que se manifestavam no capitalismo tardio dependente. Surge desse esforço teórico a Teoria Marxista Da Dependência (TMD) (CHONCHOL, 1989; FERNANDES, 1960; IANNI, 1996; MARINI, 1972; MARX, 2015; SINGER, 1998).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A FOME NO BRASIL: TIPOLOGIAS E CARACTERÍSTICAS

Políticas Públicas são uma expressão do papel designado ao Estado e de sua forma de se organizar, para mediar processos sociais e alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, ou seja, é o conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico (SOUZA, 2002). Portanto, temos que as políticas públicas são definidas a partir da correlação de forças imposta pela luta de classes.

Para destacar alguns instrumentos de política governamental que podem ser utilizados na erradicação da fome, iremos concentrar o foco em alguns deles. Começando pelos programas sociais, que são iniciativas públicas que visam atender as necessidades básicas de vida de determinadas camadas da população, historicamente marginalizadas. São dos mais distintos formatos, podendo ser desde programas de doação de alimentos, como políticas de proteção do aleitamento materno, ou transferência direta de renda. Existem modalidades de programas sociais atuam na resolução de um problema específico, como a distribuição de alimentos e também existem políticas públicas que são desenhadas para atuar de forma multifocal, um exemplo de programa social que tem o objetivo cruzado é o Programa Bolsa Família (PBF).

Por sua vez, é importante estabelecer políticas de inclusão produtiva, sobretudo no que se refere a produção de alimentos. As pequenas empresas enfrentam barreiras à entrada no segmento de produção de alimentos e devem receber o apoio necessário para garantir a reprodução de seu capital.

A agricultura familiar se insere nesse grupo, mesmo sofrendo com o baixo incentivo por parte do Estado ela é a principal responsável em fornecer os alimentos consumidos pela população brasileira, apesar de não existir um consenso entre sua respectiva importância na mesa dos brasileiros (HOFFMANN, 2014). Sua importância no cenário nacional é fundamental nos municípios menores do país, sendo a maioria. Sendo necessário, portanto, uma expansão de iniciativas públicas que permitam o desenvolvimento dessa

força produtiva, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — Pronaf (MICHELLON, 2011).

O desenvolvimento agricultura urbana e periurbana também merece a atenção dos formuladores de políticas, pois modelos de hortas comunitárias existentes em diversas cidades no Brasil, como por exemplo, na cidade de Maringá, são exemplos de iniciativas de baixo custo e que trazem resultados expressivos. Essas tecnologias sociais são fonte de segurança e soberania alimentar e nutricional, não só para os produtores desses espaços socialmente construídos, mas também para aqueles que estão no entorno, que adquirem os produtos agroecológicos por preços acessíveis (MICHELLON, 2016).

Outra grande iniciativa para a SSAN e a promoção da alimentação saudável é o incentivo à produção local de alimentos. Essa alternativa se mostrou muito importante para permitir o abastecimento das residências no momento que o Brasil obrigado a implementar medidas de distanciamento social por conta da pandemia de coronavírus (SARS-CoV-2). As redes de produção de cadeias-curtas são fonte de alimentos mais frescos e naturais, além de conectarem os produtores rurais aos consumidores finais, possibilitando ao agricultor uma alternativa a venda para os atravessadores, sendo, portanto, relevante para a formulação de políticas públicas de erradicação da fome.

4. BRASIL: DINÂMICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PERÍODO RECENTE

Nesse capítulo, discute-se as transformações no âmbito das políticas públicas, de forma cronológica, a começar pelas primeiras iniciativas ocorridas no século XX, até os períodos mais recentes da história do Brasil.

5. EVOLUÇÃO RECENTE DAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA FOME NO BRASIL: GOVERNOS LULA, DILMA

A partir de 2003, iniciou-se a era Lula, seguindo uma linha de inclusão social, mas dando continuidade a uma política econômica do governo anterior. Mantendo a base de sustentação das políticas macroeconômicas do governo anterior, o chamado tripé-macroeconômico: superávit primário, regime de câmbio flutuante e sistema de metas para inflação. Mesmo assim, incluiu dentro do seu programa de governo, o objetivo central, de promover ações contra a miséria e fome. Ao trazer o combate à fome e à miséria como estratégia central, no governo federal do Brasil, há uma quebra de paradigma no tratamento dado a fome pelo governo brasileiro, e por isso, que esse trabalho divide a análise das políticas de erradicação da fome no país a partir de tal momento histórico.

Para Almeida (2004, p. 8), “A prioridade para as políticas de transferência de renda aos mais pobres, parece ser até o momento, o traço mais marcante da política social do governo petista, que a diferencia do que se vinha fazendo na área social no âmbito federal”.

Foram diversas experiências de políticas que tivemos no período, entre elas o Bolsa- Creche que constituiu um apoio pecuniário as famílias de baixa renda, que mantivessem seus filhos matriculados e frequentando as creches. Uma junção de políticas (Educação e de combate à Fome). Também foi lançado o programa Bolsa-Escola, um suporte financeiro para famílias de baixa renda, que mantivessem seus filhos matriculados e frequentando as escolas. O Vale Gás, que foi um apoio financeiro, destinado a famílias de baixa renda e com o objetivo de subsidiar o gás de cozinha. Outra iniciativa foi o Cartão Alimentação, destinado as famílias de baixa renda, que fornecia um cartão aceito em alguns estabelecimentos comerciais de venda de alimentos, que era recarregado todo mês com uma certa quantia de crédito, para que os beneficiários pudessem garantir os itens de necessidade básica.

Dessa articulação de políticas públicas, houve um incremento financeiro em algumas iniciativas do governo anterior, como o já citado Pronaf, criado em 1995/96, que se expandiu em número de contratos e volume de recursos (DUTRA; PORCÉ; MICHELLON, 2020).

As estratégias de combate a fome também passam por alterações na legislação. Dentre um dos princípios básicos assegurados a todo e qualquer ser humano, está o direito à vida, de acordo com o que está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. No Brasil, há pelo menos dois marcos legais que dispõem sobre a alimentação como direito fundamental. Na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu artigo 6º é definido o direito à alimentação, como um direito social e o artigo

196º que instaura o direito à saúde. Após as alterações, o Artigo 6º da Constituição Federal do Brasil passa a vigorar com a seguinte redação: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2010). Entretanto, uma legislação complementar era necessária, sendo essa aprovada em 2010, no final desse governo.

Com a EC. 64/2010 que estabeleceu a alimentação como um direito social, a definição de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional é considerada como referência mundial, sua definição diz que “a todo ser humano deve-se garantir o direito ao acesso regular e constante de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para a nutrição, permitindo uma vida saudável, englobando o acesso à água potável, saneamento básico, respeitando a diversidade cultural e promovendo um ambiente sustentável (AZEVEDO; RIBAS, 2016; KEPPLER; SEGALL-CORRÊA, 2011).

Essas iniciativas de estabelecimentos de uma legislação mais completa, puderam ser realizadas entre outros motivos, graças a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esse sistema viabilizado com o Consea e com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), permitiram que o país construísse a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; DE FRANÇA, 2010).

No que se refere ao programa econômico sua estratégia foi de acalmar as desconfianças por parte do setor empresarial, a carta ao povo brasileiro é prova disso. Nessa carta Lula se compromete a honrar todos os contratos estabelecidos e se afasta de antigas promessas de não pagar a dívida externa junto ao Fundo Monetário Internacional – FMI.

Lula não só respeitou o esquema econômico de FHC como decidiu aumentar os superávits primários, a fim de sinalizar ao mercado que seu governo se comprometeria com as contas públicas, se pelo lado interno o Brasil se apresentava como país que procura atrair capital financeiro, pelo lado externo o cenário era extremamente favorável aos produtores de commodities e o chamado boom das commodities influenciou positivamente seu governo (MARQUES; MENDES, 2007).

Em seu segundo mandato, o cenário internacional se deteriorou com estouro da bolha do Subprime. Conforme o contágio da crise se espalhou pelo mundo, a política econômica se agiliza para promover políticas anticíclicas, tais políticas são a base de explicação para os períodos de maiores crescimento registrados no século (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

O Governo Dilma foi marcado por sua política monetária, de redução da taxa básica de juros para o menor patamar histórico até aquele instante. Houve também nesse período, a menor taxa de desemprego registrada no país, entretanto, os choques externos provocados em parte pela dinâmica de baixa atividade da economia mundial após a crise de 2008, fizeram a economia entrar em processo de recessão.

Em 2013, com um período prolongado de estiagem na região Sudeste, o Brasil presenciou um crescimento maior das desconfianças dos agentes econômicos com um descumprimento da meta fiscal, podendo acarretar descontrole inflacionário. Dentro dessa correlação de forças, o governo recorreu a uma mudança da gestão das contas públicas, no sentido de restrição dos investimentos públicos. Com a aceitação de que a crise tinha como causa a irresponsabilidade fiscal, a saída encontrada foi uma mudança no de uma política de maior austeridade.

Essa escolha, pois limitações aos avanços das políticas sociais, que estavam sendo promovidas pelo governo federal. A expansão dos programas de transferência de renda condicionada foi suspensa, com a deterioração da conjuntura econômica e conseqüente queda nos níveis investimentos. O diagnóstico da crise feito pelo governo, era que o mercado de trabalho estava muito aquecido (em 2014, o desemprego atingiu menor valor registrado), e os gastos públicos provocavam um *crowding out*.

O processo de impeachment também marcou esse período. A crise política se mostrava evidente tanto pela recusa de sindicatos patronais, como a FIESP, a respeito da condução de política econômica implementada pelo governo, como a insatisfação do ex-vice-presidente da República Michel Temer, explicitado na em sua carta pública “Ponte Para o Futuro”, ainda em 2013. A aceleração da inflação e a fuga da meta determinada para a inflação, foram cruciais para a deposição da ex-presidente Dilma Rousseff (SINGER, 2015). O Processo de Impeachment se instaurou a partir de abertura de inquérito, que a investigou os supostos crimes de responsabilidade fiscal e práticas de contabilidade criativa,

também conhecidas como pedaladas fiscais. Após longo processo, houve aprovação do impeachment em 31 de agosto de 2016.

6. DESESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES DE COMBATE A FOME NO BRASIL: OS ANOS TEMER-BOLSONARO

Após o impeachment de Dilma Rousseff, o vice-presidente da república, Michel Temer, assumiu o governo federal, entretanto, já estava no controle do executivo interinamente, desde o afastamento da presidente, com a abertura do processo no congresso nacional. Seu projeto de governo, já tinha sido anunciado em 2013, com a carta do seu partido intitulada “Ponte para o futuro”, uma declaração de insatisfação com a gestão econômica promovida por quem tinha estava no cargo mais elevado. Além disso, propunha uma saída para a crise econômica que àquela altura começa a apresentar alguns sintomas no Brasil, como o rompimento do teto fixado para a inflação e os déficits primários nas contas públicas. Para isso, o programa de corte ultra neoliberal, tinha como tratamento, a privatização e a austeridade fiscal, sobretudo nos benefícios ao trabalhador registrado (Reforma Trabalhista), pensionistas e aposentados (Reforma da Previdência). Esse projeto foi posto em prática com celeridade, contando com amplo apoio do congresso nacional (VARGAS, 2019).

Essa agenda econômica, seguiu com a eleição de Jair Bolsonaro (2019-), seu governo restringiu importantes iniciativas na área das políticas públicas de erradicação da fome. Uma de suas primeiras ações enquanto o chefe de Estado, foi declarar extingo o Consea. Ao mesmo tempo, seu governo atuou com apoio expressivo de associações, empresários e setores da sociedade ligados ao agronegócio, de forma a coibir a fiscalização ambiental, impedir a punição de infrações e crimes ambientais e permitir uma quantidade recorde de licenças para o uso de agrotóxicos no país, alguns recusados em grande parte dos países.

De modo contrário, os incentivos dados aos agricultores familiares, por meio do PAA, sofreram com cortes de recursos. Mesmo a política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER), criada em 2003, passou a sofrer o desmantelamento e severos cortes no orçamento, caindo de 1,5 bilhões de reais em 2015 para menos de 50 milhões em 2021, para coordenar o serviço em todo o Brasil (DIESEL; NEUMANN; DIAS, 2021).

Em 2020, com constatação da pandemia, a trajetória de estagnação que a economia vinha apresentando, desde os anos 2016, agora é novamente substituída pela recessão. Nesse cenário, onde o país se torna o segundo em casos no mundo, faz os chefes de governo local (estados e município) decretarem lockdown e suspenderem as atividades produtivas para os chamados itens não essenciais, implicando um cenário desesperador para milhões de brasileiros e impactando negativamente a renda das famílias, com aumento no desemprego, que já estava em patamares elevados. Com o agravamento das condições socioeconômicas o governo foi pressionado pelo Congresso e o resultado foi o Auxílio Emergencial, um programa de transferência de renda no valor de 600 reais por beneficiário ou 1.200 reais para mães chefes de família, nas cinco primeiras parcelas do programa, um valor recorde, mas que teve ao longo do tempo redução tanto nos valores (primeiro para 200 reais e depois para 150 reais) quanto no número de beneficiados. Acelerou o fim do Bolsa-Família também, pois conforme a regra permitiu apenas um benefício por pessoa consequentemente os benefícios de menor valor foram preteridos ao auxílio-emergencial, facilitando ao governo encerrar o programa e colocar um substituído em seu lugar, o Auxílio-Brasil que ainda não foi garantido e regulado (CORREIA et al., 2020).

A política econômica ortodoxo-liberal iniciada por Temer/ Meirelles e aprofundada por Bolsonaro/Guedes possui dois aspectos principais: (i) realização de uma forte contração fiscal, principalmente pelo lado dos gastos correntes, baseado na tese da “contração fiscal expansionista”; (ii) um conjunto de políticas liberais que visa “destravar” o espírito empresarial das amarras do Estado via desregulamentação do mercado, permitindo que a iniciativa privada comande o processo econômico, inclusive no que se refere aos investimentos. Políticas de demanda tem papel nulo ou marginal nesta estratégia de crescimento, podendo apenas ser adotadas excepcionalmente através de medidas pontuais que não impliquem em custo fiscal. Com relação ao ajuste fiscal, como já mencionado, foi aprovada no |Governo Temer a PEC 55 ao final de 2016, estabelecendo uma limitação ao crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos (OREIRO; PAULA, 2019, p. 22).

O próprio programa Bolsa Família, acabou sucumbindo em novembro de 2021, sendo substituído por um novo programa, o Auxílio Brasil.

7. AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA FOME NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO E CRISE NO SÉCULO XXI

A partir desse tópico, iremos começar a análise empírica, ela foi dividida SSAN, Assistência social, transferência de renda e inclusão produtiva e Aspectos socioeconômicos.

8. SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

O panorama de SSAN, começa a ser analisado, através de um compilado das principais pesquisas que avaliam a situação alimentar e nutricional das famílias brasileiras e utilizando a classificação estabelecida pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (figura 1).

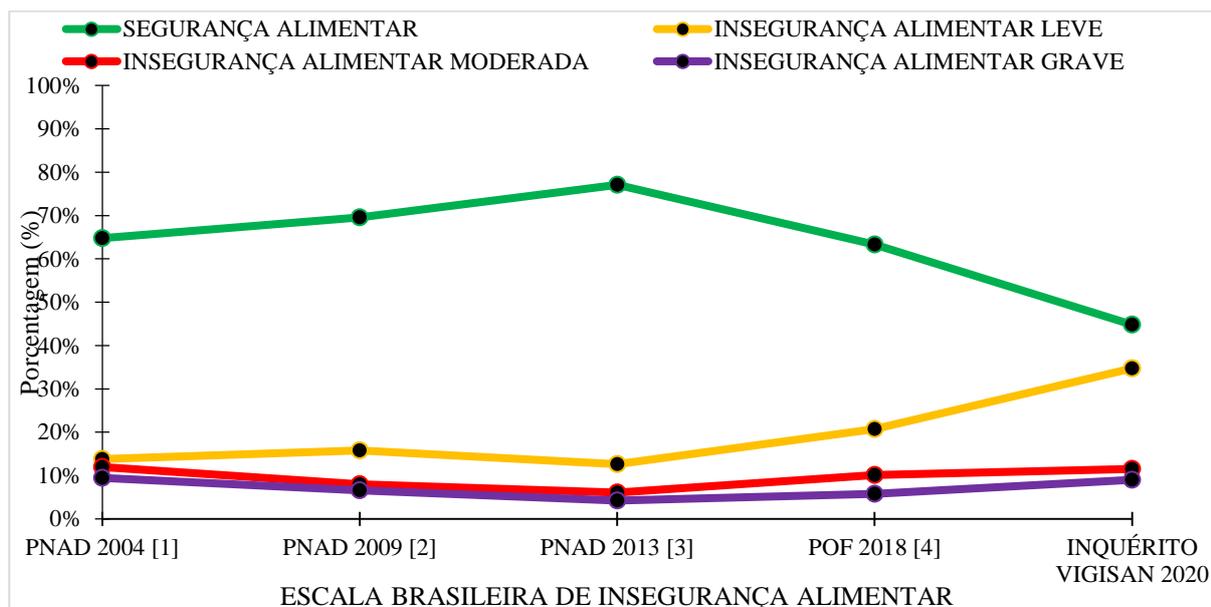


Figura 1. Avaliação da Situação Alimentar das famílias brasileiras através da EBIA.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da (REDE PENSSAN, 2021). Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).

Observamos um recrudescimento da insegurança alimentar e nutricional, aproximando os níveis de insegurança grave, aos patamares de 2004. Aprofundamos a análise para o segmento de carne bovina. A sua importância na dieta alimentar e no agronegócio, explicam sua escolha. Cerca de 218 milhões de animais, para a produção de leite e carne, em 2020 (IBGE, 2021). Começamos com o preço do boi gordo, em reais e dólares (Figura 2.).

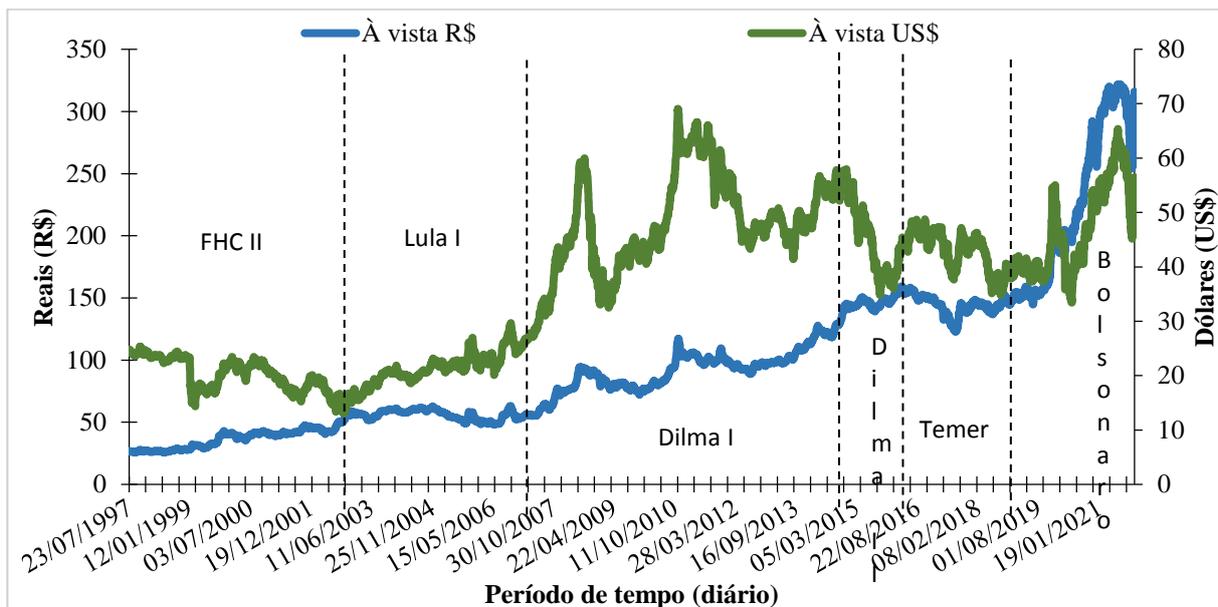


Figura 2. Indicador do boi gordo CEPEA/B3.

Fonte: Elaboração Própria com os dados do CEPEA (2017).

A valorização do preço do boi gordo ocorreu nas duas moedas, sobretudo no real. A partir de 2020, o preço do boi gordo em reais, ultrapassa o preço em dólares e segue até atingir seu pico na série histórica analisada, com influência significativa da pandemia. Observemos agora, a quantidade de bovinos abatidos (Figura 3).

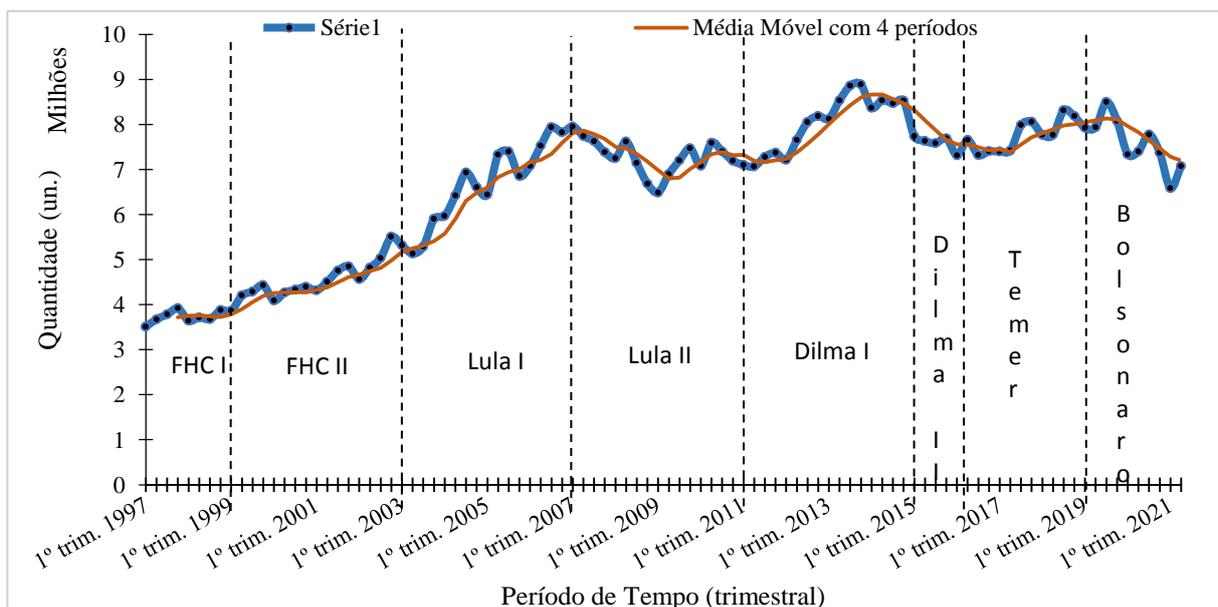


Figura 3. Quantidade total de bovinos abatidos, no trimestre.

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do SIDRA/IBGE (2021).

Ao longo da série histórica, o pico na quantidade de abatimentos, acontece no governo Dilma I, após esse período, a tendência é de queda. Assim podemos observar que um dos principais produtos consumidos pelos brasileiros, a carne bovina, vem sofrendo contração de oferta doméstica. Para validar tais considerações, incorporemos na análise a quantidade de carne congelada, exportada pelo Brasil (Figura 4.).

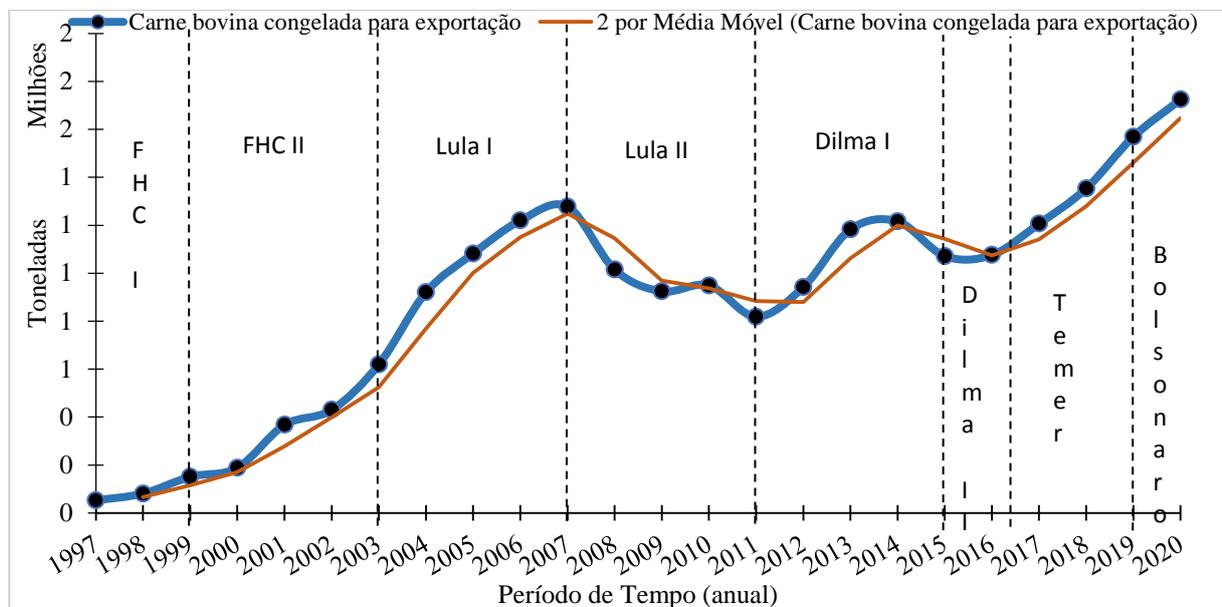


Figura 4. Total de carne bovina congelada exportada do Brasil, de 1997 até 2020.

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IPEADATA (2021).

Há uma tendência de expansão na quantidade carne bovina exportada pelo Brasil, dentro do intervalo de tempo observado. Sendo assim, constatamos que uma valorização do preço da carne no exterior, com uma redução na produção interna e uma elevação nos volumes exportados, mantendo-se as necessidades do mercado interno constantes, ampliam as possibilidades de escoamento para o produtor, colocando em competição a demanda interna e externa. Como as possibilidades de expansão no cenário mundial são muito superiores, é mais atrativo destinar sua produção para a exportação. Nesse sentido, mantendo os níveis de produção, sem uma política pública de controle de estoques, há um aumento na pressão dos preços domésticos e está parece ser a explicação para a recente queda no consumo de carne no Brasil. O consumo médio de carne no Brasil, que em 2020, atingiu o pior patamar em 25 anos, reflexo em grande parte, do aumento de preços (MALAFAIA; MEDEIROS; DIAS, 2021).

Apesar da série histórica não informar, essa dinâmica continua em 2021, até um registro de doença da “vacca louca” em território brasileiro, barrou de maneira temporária a exportação para China, sem poder vender para o exterior, o produto foi liberado para consumidor doméstico, estabilizando temporariamente o preço desse bem. Por fim, observando os dados para a análise da SSAN, existe uma tendência contraditória, se por um lado, há um aumento na ocorrência de insegurança alimentar e nutricional e redução no consumo de carne bovina, por outro vemos crescimento da produção e exportação do produto.

9. ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRANSFERÊNCIA DE RENDA E INCLUSÃO DE PRODUTIVA

A análise parte para as questões de assistência social, transferência de renda e inclusão produtiva. Com os dados do CadÚnico, avaliamos o estado da assistência social (Figura 5).

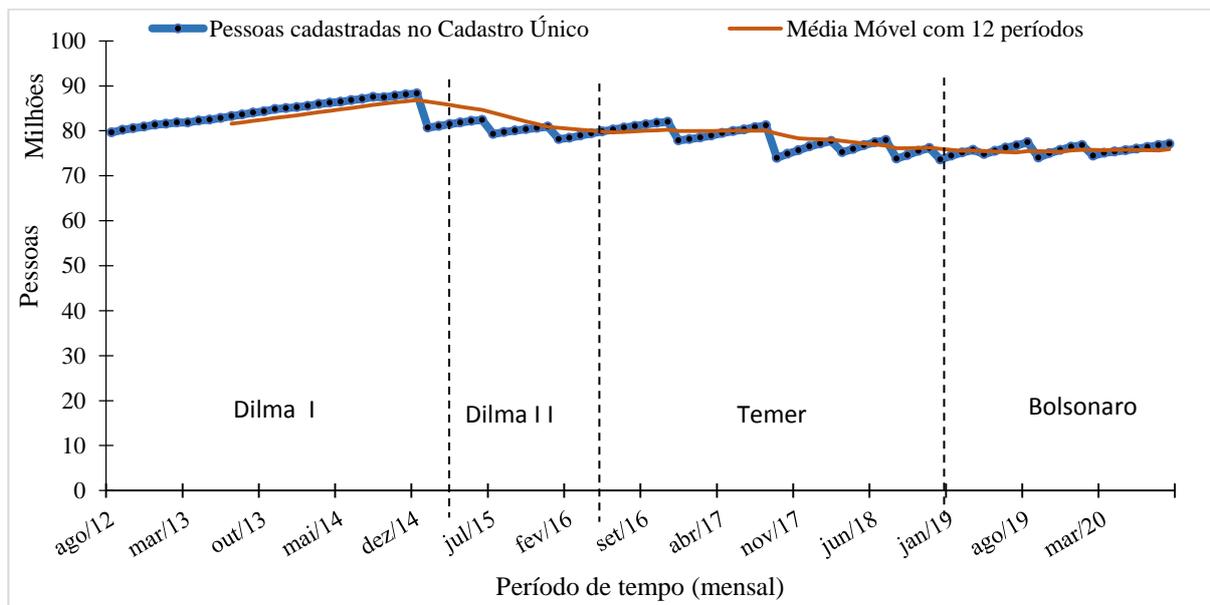


Figura 5. Pessoas cadastradas no Cadastro Único.

Fonte: Elaboração própria com os dados do CECAD 2.0 (2021b).

Os dados mostram que, o número de cadastrados, atingiu o pico da série em dezembro de 2014, e foi seguido de queda e estabilização. É quando ocorre o ajuste fiscal contracionista, no governo Dilma II. Olhemos agora, o valor total mensal repassado para PBF (Figuras 6).

A eficácia do Programa Bolsa-Família em atingir metas de diminuição da fome e miséria, é destacada por economistas das mais variadas correntes de pensamento. Tanto os heterodoxos quanto alguns ortodoxos, mesmo que por razões diferentes, aprovam o seu formato enquanto política pública. Os primeiros destacam mais a importância de o Estado atuar nesse problema social, os últimos já destacam mais a eficiência dos inexpressivos gastos públicos com o programa. Ainda assim, o PBF em sua origem apresentou um crescimento expressivo ao longo dos anos, nos quinze primeiros, o programa se expandiu de maneira considerável, tanto em número de benefícios quanto em valor total. Como já enfatizado ao longo do trabalho, um período que marca a mudança de tendência nas políticas sociais de erradicação da fome no Brasil, dentro de nossa análise, é justamente o governo Dilma II. Conforme houve o afastamento da presidente Dilma Rousseff, a tendência do valor total repassado ao programa foi se estabilizando, até que no governo de Jair Bolsonaro, em plena pandemia, há uma queda drástica. Essa queda abrupta no valor dos benefícios ocorre por conta da criação do auxílio emergencial e da restrição de recebimento de benefícios sociais acumulados, fazendo o cidadão escolher por aquele mais vantajoso, que no momento acabou sendo o auxílio emergencial.

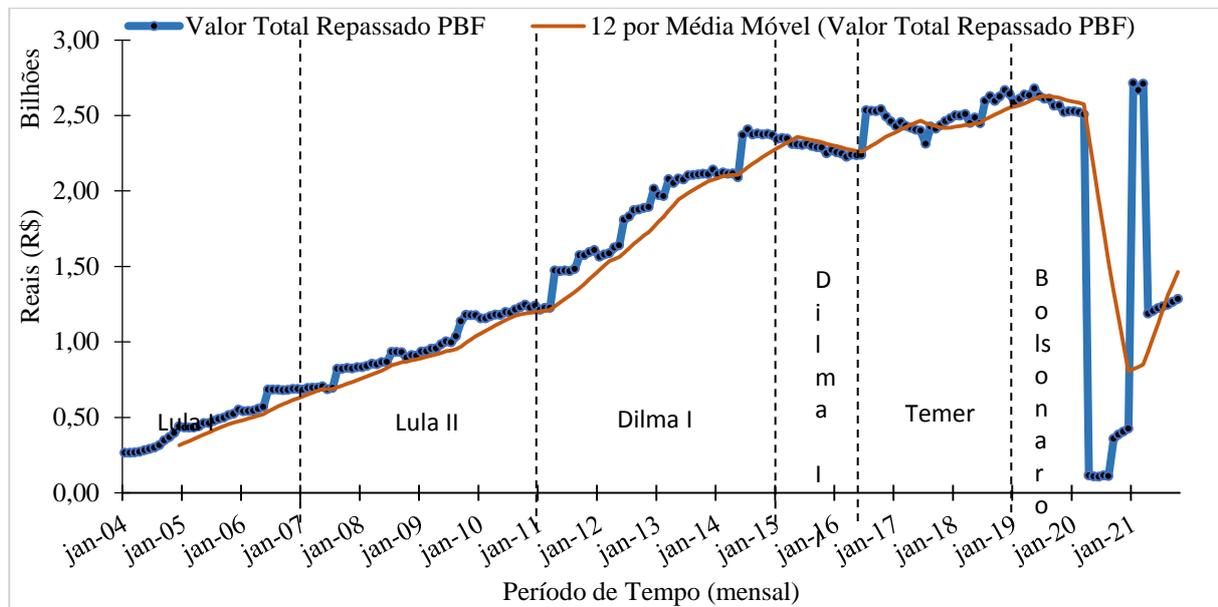


Figura 6. Valor Total dos benefícios do Programa Bolsa-Família entre 2004 e 2016 (em Bilhões de Reais).
 Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IPEADATA (2021).

E por fim, utilizamos os dados sobre a quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), para a análise das condições de inclusão produtiva, dentro do período abordado ao longo do trabalho (Figura 7).

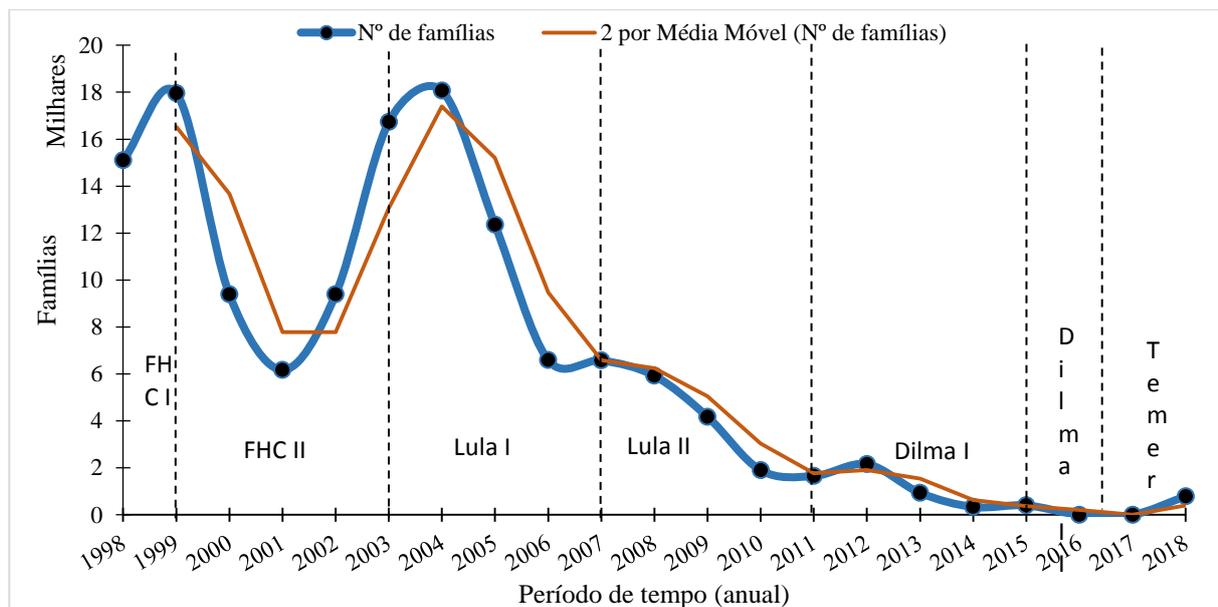


Figura 7. Número de famílias contempladas com o benefício do Programa Nacional de Crédito Fundiário
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados do CECAD 2.0 (2018).

A agricultura familiar e camponesa compõe um grupo que mais pode ser beneficiado com o programa. Como se trata de uma grande responsável pela produção de alimentos no mundo, a inclusão produtiva é um componente fundamental para incluir dentro das políticas públicas que tem o objetivo de erradicar a fome. Entretanto, conforme os dados mostram, a linha de crédito fundiário, enfrenta uma queda nos benefícios concedidos, desde 2004.

A partir de todos os dados averiguados e tudo que foi exposto até o momento sobre a assistência social, transferência e renda e estrutura produtiva, podemos concluir que no período analisado, houveram ganhos significativos nos níveis de assistência social, no que se refere ao cadastramento de pessoas em risco de fome, fundamentais inclusive, para a atuação do governo de Jair Bolsonaro na implementação do Auxílio Emergencial, em meio a um período de necessário distanciamento social.

As transferências de renda, seguiram a dinâmica de crescimento até 2014, a partir de então, houve estagnação no caso de beneficiários do programa Bolsa Família e queda nos valores totais repassados ao mês, para o mesmo programa. As outras iniciativas de transferência de renda, implementadas no período (Auxílio emergencial e Auxílio Brasil), não tiveram dados divulgados antes que esse estudo fosse concluído. A avaliação da inclusão produtiva, a partir das evidências, mostrou uma baixa atuação por parte do governo federal, em todo o período da análise.

10. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O último tópico desta análise empírica, se preocupa em avaliar a situação de fome, a partir de aspectos socioeconômicos. Em sentido oposto a economia brasileira, de modo geral, os dados apresentam uma tendência expansão no segmento do agronegócio, essa melhora se dá, em parte, à revelia de uma situação desfavorável para a SSAN no Brasil (Figura 8).

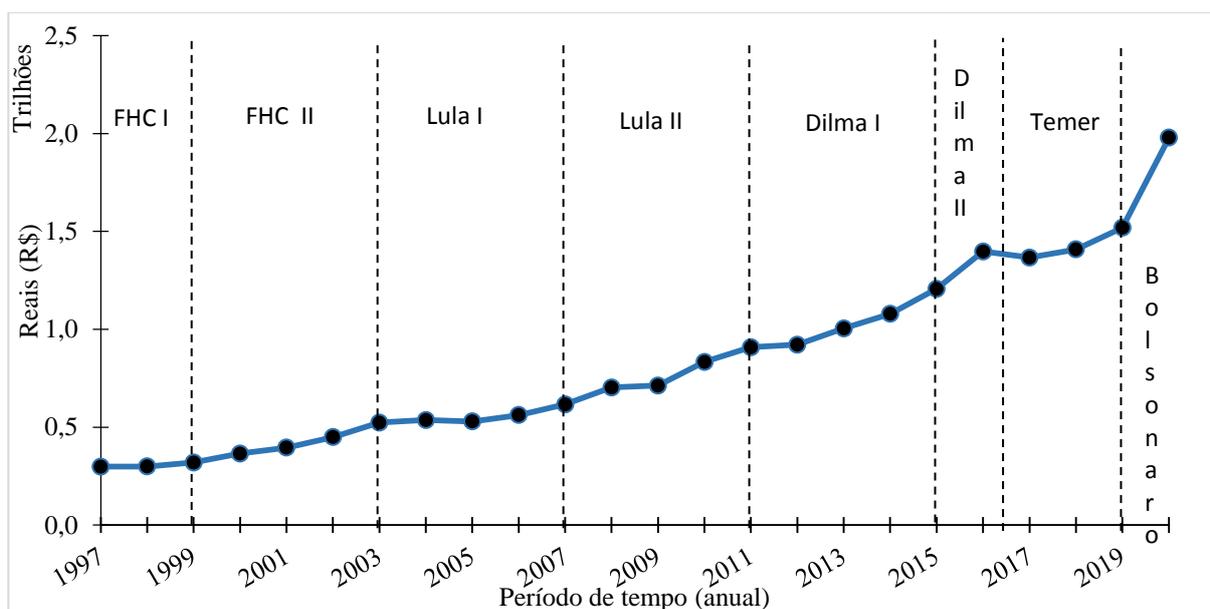


Figura 8. PIB do Agronegócio brasileiro, 1996 a 2020, em R\$ Milhões correntes.

Fonte: Elaboração Própria com os dados do CEPEA/ESALQ - CNA (2020).

Há um expressivo crescimento do PIB do agronegócio, alcançando níveis recordes, sobretudo no governo de Jair Bolsonaro, o que sedimenta ainda mais a ideia de um processo de desindustrialização no período analisado. Partimos agora, do mercado de trabalho, na incidência de fome na sociedade brasileira. Os dados obtidos sobre o mercado de trabalho, sofreram ao longo do tempo, mudanças na metodologia, o que impede uma comparação adequada entre os períodos. Todavia, a observação da quantidade de pessoas contratadas ao mês é mais uma informação utilizada. (Figura 9).

As informações, apontam um crescimento do nível de empregos com carteira assinada, seguido por uma estabilização e queda nos últimos anos registrados. Enquanto, no governo Lula I, as ocupações com carteira assinada e sem carteira assinada, cresceram, no governo Lula II apenas as contratações com carteira assinada cresceram. Tendência seguida, no governo Dilma I, onde houve a menor taxa de desemprego registrada. No segundo mandato, a perda de fôlego da economia brasileira, se mostrou evidente. A fuga da meta de inflação, os déficits primários registrados, a crise econômica mundial e também a desestabilização política, causada pela operação Lava-Jato, interromperam investimentos e destruíram milhões de empregos formais (DIEESE, 2021). A seguir, os dados sobre pessoas desocupadas, a partir de 2013 (Figura 10).

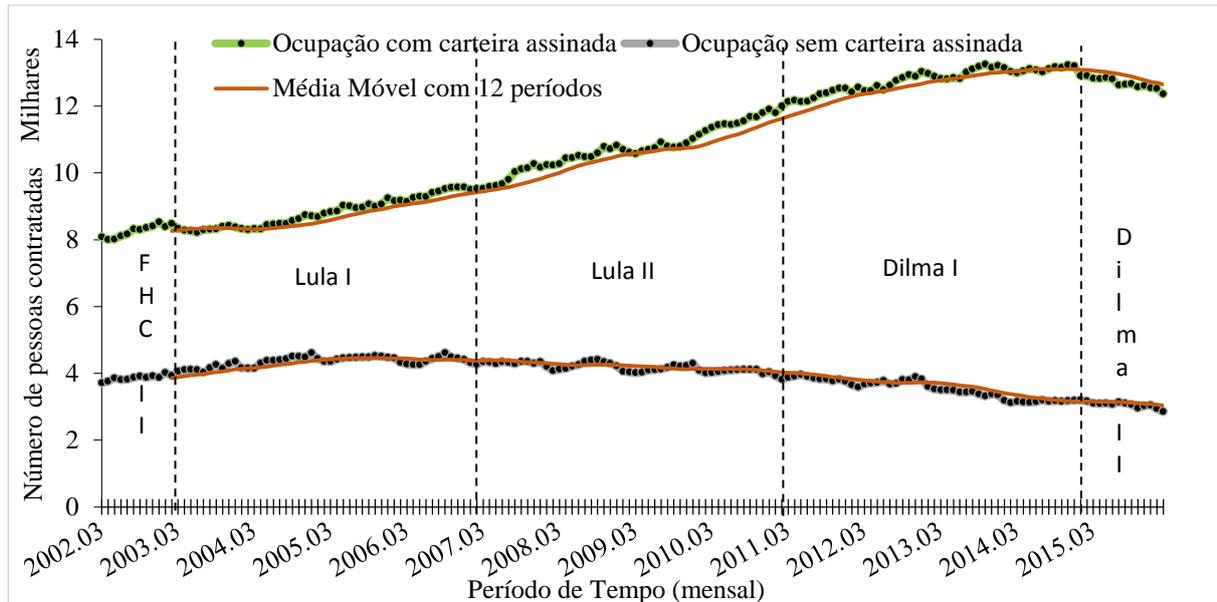


Figura 9. Número de pessoas contratadas com e sem carteira assinada, por mês, de março de 2003 até fevereiro de 2016.

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IPEADATA (2021).

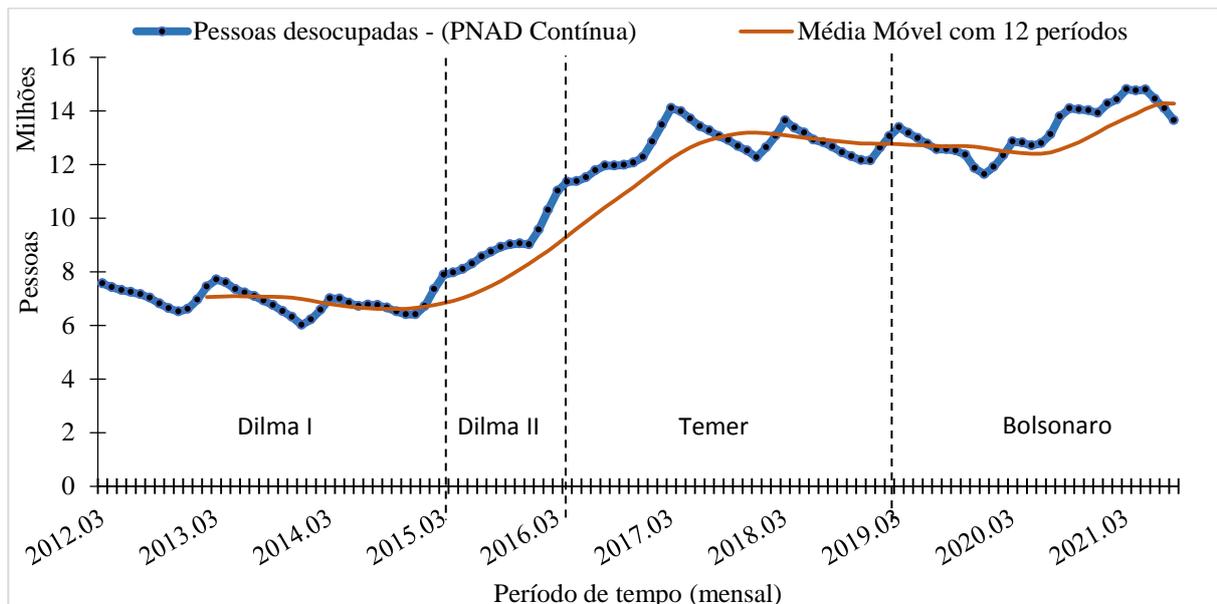


Figura 10. Pessoas desocupadas, entre março de 2013 e agosto de 2021, em milhões.

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do IBGE/SIDRA (2021).

Conforme dito anteriormente, o governo Dilma II, já se inicia um processo de reversão no mercado de trabalho, no sentido de um maior número de desempregados. Esse patamar elevado no número de desocupados, persiste sobre os governos Temer e chega ao governo Bolsonaro no pior patamar histórico. A partir desse ponto, a avaliação socioeconômica continua, sob a ótica do gasto total mensal médio da cesta básica, em algumas capitais do Brasil, entre janeiro de 1998 e janeiro de 2021 (Figura 11).

Os preços totais médios, subiram nas principais capitais brasileiras, como a ilustração apresenta. O fato a ser destacado é que, a austeridade fiscal promovida no governo Dilma II, com o objetivo de controlar a inflação, diagnosticada como decorrência de excesso de demanda, não obteve resultados satisfatórios nem para esse fim. Os níveis de preços da cesta básica, que atingem mais o consumo, das famílias de menor renda, não responderam a essa política como esperado e desde então, os preços dos alimentos estão em crescimento acelerado.

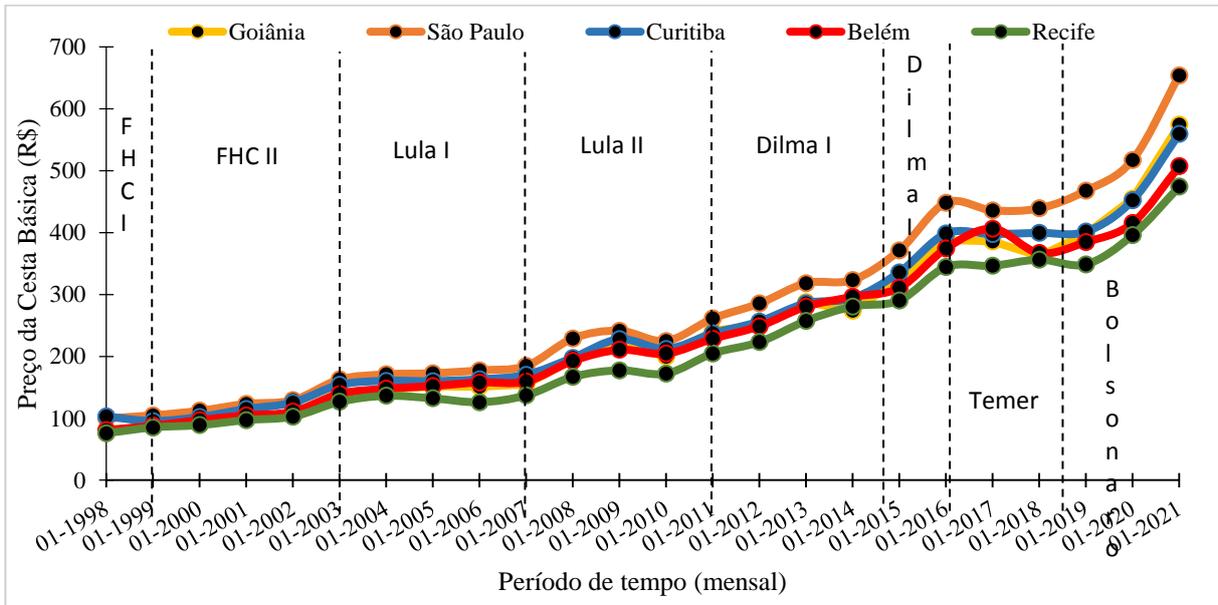


Figura 11. Custo da Cesta Básica em diferentes capitais do Brasil ao longo do tempo
 Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do DIEESE (2021a).

A última etapa desse tópico, traz um exame sobre a situação fundiária, considerando a terra um dos principais fatores, para a produção de alimentos naturais, saudáveis e um meio para se conseguir uma redução nos níveis de fome, em nossa sociedade.

A evolução temporal do número de estabelecimentos agropecuários, acentua as desigualdades estruturais da produção no Brasil. Essa estrutura se deu em grande parte por contada atuação do Estado, no incentivo a grande lavoura e pecuária. Tal condição parece não apresentar mudanças significativas nos anos que a pesquisa da mais atenção. Enquanto a área total dos estabelecimentos com até 10 hectares, aumentou um pouco menos do que 112 mil hectares, entre 1995 e 2017, a área ocupada pelos estabelecimentos com 1000 ou mais hectares cresceu em aproximadamente 8 milhões de hectares no mesmo período.

Para aprofundarmos a análise, a partir do acesso à terra, pelos Estabelecimentos agropecuários, faremos uma análise separada para cada grupo de área afim de facilitarmos o entendimento sobre as mudanças, dentro do período determinado. O primeiro grupo de área a ser analisado é o que contém os Estabelecimentos Agropecuários de 0 a menos de 10 hectares (Figura 12).

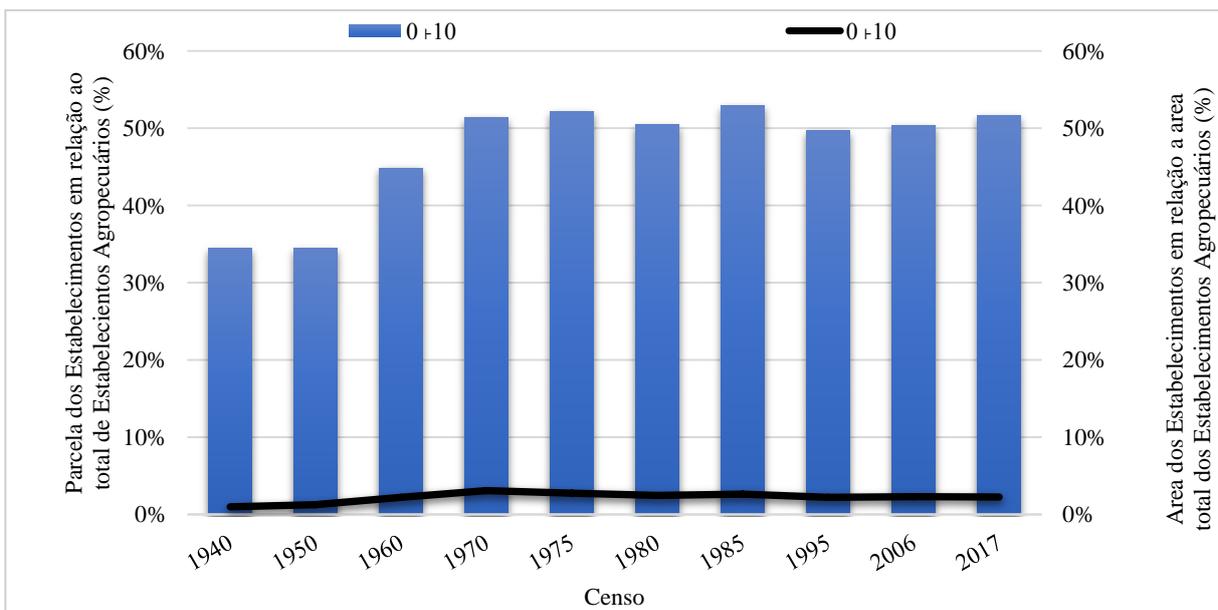


Figura 12.1 Distribuição Percentual de Quantidade e Área, em relação ao total, dos Estabelecimento Agropecuários de 0 a menos de 10 hectares (1995-2017).
 Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do IBGE/SIDRA (2021).

Nesse longo espaço de tempo, poucas mudanças são percebidas. Nos últimos anos do registro, 51,7% dos estabelecimentos pertenciam a esse grupo e sua área total correspondeu a apenas 2,28% do total geral. Sendo muitos pertencentes a categoria de agricultores familiares. Na sequência, avaliamos a distribuição percentual de quantidade e de área, dos estabelecimentos agropecuários com 1000 ou mais hectares (Figura 13).

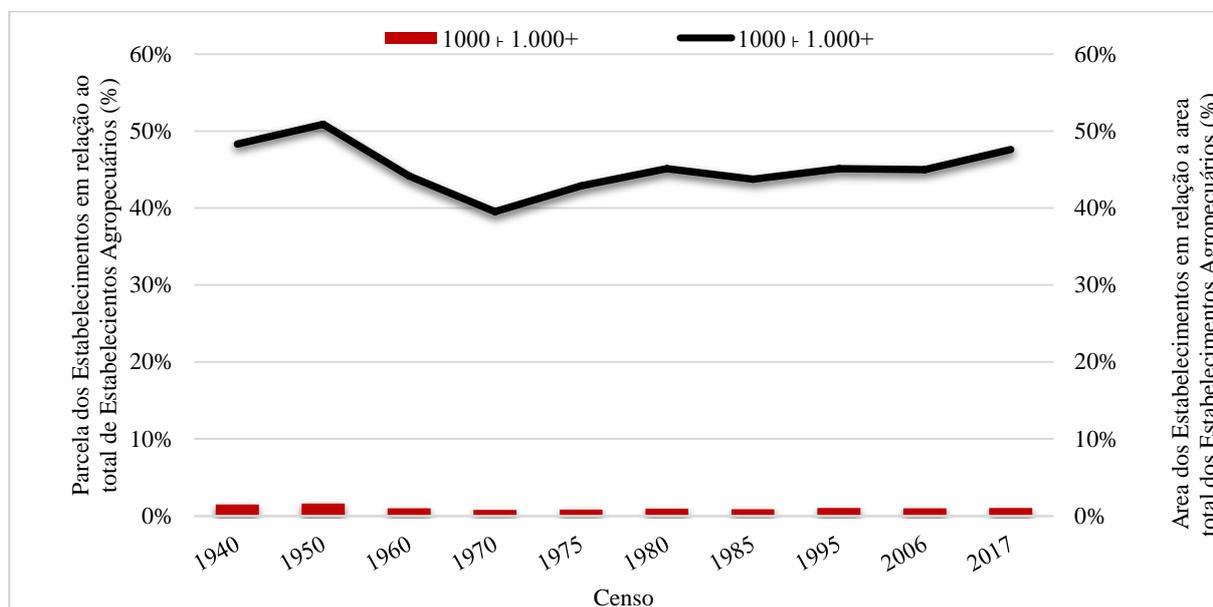


Figura 13. Distribuição Percentual de quantidade e área, em relação ao total, dos Estabelecimento Agropecuários de 1000 ou mais hectares, segundo o período de tempo (1995-2017).

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do IBGE/SIDRA (2021).

O estrato dos estabelecimentos de área maior que 1000 hectares, seguiu em direção contrária aos outros grupos de área. No caso da quantidade de estabelecimentos, esse grupo vem se mantendo constante desde 1960. Em relação a área total, esse é o único grupo que vem expandindo sua área total (em 2017, a área total dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares alcançou, 47,60% de toda área), sustentando a hipótese de que a concentração de terras no Brasil, é um dos fatores mais carecem de atenção, para se construir políticas públicas que efetivamente podem erradicar a fome no Brasil.

Diante de todas essas variáveis que compõe a avaliação dos aspectos socioeconômicos, podemos concluir que, tanto o mercado de trabalho acompanhou a dinâmica de desenvolvimento seguido de crise, como a hipótese inicial sugere. O custo da cesta básica, também convergiu com o que foi exposto, no sentido de que as estratégias adotadas na política econômica, não se mostraram eficazes em combater o aumento nos níveis de preços, sendo que os alimentos pressionaram os índices da inflação e isso aumentou a insegurança alimentar das famílias brasileiras. Por fim, a análise da distribuição de terras, entre os grupos de Estabelecimentos Agropecuários, mostrou que no período analisado, não houveram mudanças significativas na estrutura produtiva. Sendo necessário, portanto, que os formuladores de políticas públicas, na área de erradicação da fome, construam estratégias de políticas, que incluam mais a distribuição de terras, como um meio de garantir cada vez mais a alimentação adequada e saudável para todos.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, tivemos nos primeiros anos do século XXI, a maior articulação do governo federal no enfretamento da fome e da miséria. Esse período, deve-se, a efeitos das mudanças ocorridas, tanto nas esferas da administração pública nacional e internacional, quanto da organização e luta da classe trabalhadora (público que a fome incide), que tiveram chances de construir uma comoção nacional sobre o tema, a partir de um processo que se iniciou com o fim da ditadura de 1964-1985.

Entretanto, as premissas da análise construída, se fundam, a partir da visão de que a fome no país, está diretamente ligada a dependência econômica dos países latino-americanos, que sofre tanto por uma superexploração da sua força de trabalho, como também por uma subordinação as nações imperialistas.

Por causa disso, a hipótese levantada é a de que o problema da fome, no Brasil, não pode ser resolvido sem que haja transformações no modo de produção, a fim de romper com tal sistema de dominação. Sobrando apenas para a classe trabalhadora, períodos de arrefecimento dessa condição, vividos em conjunturas econômicas mais favoráveis (crescimento econômico).

No período Lula I e Lula II, o combate à fome, foi encarado como um gargalo estratégico para o desenvolvimento do país, entretanto, os ~~his~~ da política social foram estipulados pelo nível de atividade econômica. No governo Dilma I, o projeto de desenvolvimento econômico encontrou seus limites, por motivos, como o aquecimento no mercado de trabalho, crise política, crise hídrica, déficits públicos e fuga do teto da meta para inflação e além disso, a crise no sistema econômico mundial, que culminaram em recessão econômica. Assim o governo Dilma II iniciou seu mandato com mudanças na pauta econômica que afetaram de maneira negativa, as políticas de erradicação da fome.

Para a elaboração dessa análise, separamos as variáveis instrumentais em três: SSAN, Assistência social, transferência de renda e inclusão produtiva e Aspectos socioeconômicos. Observado o conjunto de dados, referentes a análise da SSAN, verificamos que há indícios de uma necessidade maior, por calorias diárias, nos brasileiros do que entre os sul-americanos e os latino americanos e caribenhos, mas essas necessidades não são atendidas, com base nos dados públicos sobre o consumo alimentar nas residências brasileiras. Averiguamos, de maneira incipiente e evitando determinações, a incidência de óbitos acometidos por doenças, que podem ter ligação com a fome. Incluímos também, um aprofundamento no estudo de um dos produtos alimentares mais consumidos no Brasil, a carne bovina. Analisando sua dinâmica, no período de referência do estudo, explicamos a alta nos preços dos anos mais recentes, a partir das relações entre produção interna e a livre competição, entre os mercados interno e externo.

Os atributos incumbidos como assistência social, no que se refere, aos cadastrados no banco de dados do governo, apresentam uma contradição, apesar do número de famílias cadastradas ter aumentado, o número de pessoas cadastradas, sofre com a tendência de queda, após 2014, seguida de estagnação. O que permanece até os dias atuais é a base de dados do CadÚnico, fundamental para Jair Bolsonaro sancionar o Auxílio Emergencial, em meio a um período de necessário distanciamento social. Já os dados sobre o número de pessoas cadastradas com renda zero, disponível apenas para os anos a partir de 2015, traz uma tendência de estagnação, seguida por uma elevação dos níveis, a partir do governo de Michel Temer. As transferências de renda, seguiram a dinâmica de crescimento até 2014, a partir de então, houve uma estagnação no caso de quantidade de beneficiários do PBF e queda nos valores totais repassados, para esse programa. As outras iniciativas de transferência de renda implementadas (Auxílio emergencial e Auxílio Brasil), não tiveram dados divulgados dentro do período hábil, desta pesquisa. O último *item* desse tópico, inclusão produtiva, mostrou uma baixa atuação por parte do governo federal, em todo o período da análise, no acesso do público aos benefícios do PRONERA.

Diante de todas as variáveis, que compõe a avaliação dos aspectos socioeconômicos, podemos concluir que, tanto o mercado de trabalho, quanto os salários, acompanharam a tendência de um período desenvolvimento, seguido de crise, como a hipótese sugere. O custo da cesta básica, também convergiu com o que foi exposto, no sentido de que as estratégias adotadas na política econômica, não se mostraram eficazes em combater o aumento nos níveis de preços, sendo os alimentos componente expressivo na alta da inflação, nos últimos anos, aumentando assim, a insegurança alimentar das famílias brasileiras. Por fim, a análise da distribuição de terras, entre os grupos de Estabelecimentos Agropecuários, mostrou que no período analisado, não houveram mudanças significativas na estrutura produtiva. Sendo necessário, portanto, que os formuladores de políticas públicas, na área de erradicação da fome, construam estratégias de políticas, que incluam mais a distribuição de terras, como meio de garantir a alimentação adequada e saudável para todos.

Esse estudo se qualifica, devido à ênfase que a temática recebeu, na conjuntura atual e por buscar explorar de forma original, um assunto de reconhecida importância para diversas áreas do saber acadêmico. Reconhecemos também a necessidade de métodos quantitativos mais complexos, para determinações mais objetivas, sendo esse talvez, um próximo passo, para o andamento dessa pesquisa. Por se tratar de um tema tão amplo e complexo, há necessidade de muitas outras investigações e, portanto, sugerimos que sejam feitos estudos para avaliar, os impactos da produção de *commodities* para o abastecimento interno de alimentos e também para a configuração da cultura alimentar brasileira.

Para encerrar, é importante destacar a necessidade que o Brasil tem, de construir bases de dados de maior frequência, sobre SSAN. Para que assim, possamos identificar as incidências de fome e agir no momento exato. As políticas públicas brasileiras, podem ter resultados mais duradouros, na erradicação da fome e na alimentação adequada e saudável, se ela estiver mais empenhada em modificar as estruturas produtivas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. H. T. A política social no governo Lula. **Novos Estudos**, v. 70, p. 8–16, 2004.
- AZEVEDO, E.; RIBAS, M. Estamos seguros? Reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e nutricional. **Revista de Nutrição**, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Emenda Constitucional 64**. Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm>. Acesso em: 7 nov. 2021
- CANGIOTTI, M.; VIGANÒ, E. Sostenibilità e [in]sicurezza alimentare: un percorso di analisi interdisciplinare. **Argomenti**, n. 18, p. 7–12, 2021.
- CASTRO, J. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CECAD 2.0. **Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF**. 2018. Disponível em: <<http://nead.mda.gov.br/politicas>>. Acesso em: 10 out. 2021.
- CECAD 2.0. **Pessoas cadastradas no Cadastro Único**. 2018. Disponível em: <<http://nead.mda.gov.br/politicas>>. Acesso em: 3 out. 2021.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. **PIB do Agronegócio Brasileiro 2020**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. **Dados diários preço do boi gordo CEPEA**. Piracicaba. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-de-dados-do-site.aspx>>. Acesso em: 24 set. 2021.
- CHONCHOL, J. O desafio alimentar: a fome no mundo. 1989.
- CORREIA, D. et al. Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750**, v. 12, n. Dossiê Especial, p. 1–9, 26 out. 2020.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos: salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/cesta>>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- DIEESE. **IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS INTERSETORIAIS DA OPERAÇÃO LAVA JATO**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>>. Acesso em: 8 nov. 2021.
- DIESEL, V.; NEUMANN, P.; DIAS, M. Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 598–634, out. 2021.
- DUTRA, I.; PORCÉ, M.; MICHELLON, E. Análise do Pronaf nas mesorregiões do Paraná (2013-2018). **Revista Orbis Latina**, v. 10, n. 1, p. 157–172, 2020.
- ETC GROUP. Globalization, Inc: Concentration in Corporate Power: The Unmentioned Agenda. **ETC Group Communiqué**, v. 71, 2001.
- FERNANDES, F. Florestan. Mudanças Sociais no Brasil. **Difusão Europeia do Livro. São Paulo**, p. 1–401, 1960.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 23, 1971.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **From Fome Zero to Zero Hunger**. Roma: FAO, 2019.

- GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E.; DE FRANÇA, C. G. **Fome Zero: a experiência brasileira**. MDA ed. Brasília, 2010.
- HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 21, n. 1, p. 417–421, 2014.
- IANNI, O. A racialização do mundo. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, maio 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Banco de dados agregados on-line. Disponível em:** <www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp>. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp>>. Acesso em: 8 out. 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - IPEA. **Ipeadata. Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 4 ago. 2021.
- IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA). **Ipeadata. Dados macroeconômicos e regionais**. 2021.
- KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187–199, 2011.
- MALAFAIA, G. CUNHA.; MEDEIROS, S. R. DE.; DIAS, F. R. TEIXEIRA. **A evolução dos preços da carne bovina e das principais fontes alternativas de proteína**. Disponível em: <<https://www.cicarne.com.br/wp-content/uploads/2021/06/Boletim-CiCarne-46-2021.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2022.
- MARINI, R. M. La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo. **RUY Mauro Marini Escritos**, 1972.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017.
- MARQUES, R. M.; MENDES, Á. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 15–23, 2007.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política (Livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MICHELLON, E. **Hortas Comunitárias em Maringá: um modelo de agricultura urbana**. Maringá. 2016.
- MICHELLON, E.; MESSIAS, S.; COSTA, T. R. **Agricultura Urbana**. Curitiba. CREA-PR. 2020.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239–262, 1993.
- OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar**. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/336147850_A_economia_brasileira_no_governo_Temer_e_Bolsonaro_uma_avaliacao_preliminar>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- REDE PENSSAN. VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. **Rede Penssan**. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br>>. Acesso em: 13 nov. 2021.
- SILVA, A. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, 1995.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) 1. **Novos estudos CEBRAP**, 2015.
- SINGER, P. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 33, p. 119–130, 1998.
- SOUZA, C. **Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas**. <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. Número Especial, p. 909–941, dez. 2012.
- VARGAS, N. C. Governos Lula, Dilma e Temer. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2019.